



2017

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO E PROCURADORIA DA
CÂMARA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

37º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVA

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 3 horas, considerando, inclusive, o preenchimento do cartão-resposta e a transcrição do texto para a folha de resposta definitiva.
2. É responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D) e 03 (três) temas, distribuídos da seguinte forma:

PROVA	CONTEÚDO	QUESTÕES/TEMA
OBJETIVA	Direito Civil	01 a 08
	Direito Constitucional	09 a 16
	Direito Processual Civil	17 a 20
DISCURSIVA	Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual Civil	03

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no CARTÃO-RESPOSTA, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

“TRISTEZA NÃO TEM FIM / FELICIDADE SIM”

4. A prova (objetiva e discursiva) deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha durante a realização da prova. A simples posse ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, mesmo que desligado, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no certame.
5. Durante a realização da prova (objetiva e discursiva) não será admitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações bem como o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie e/ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. Não haverá substituição do cartão-resposta e/ou folha de resposta definitiva por erro do candidato.
7. O candidato deverá optar por apenas 01 (um) dos temas para elaborar a redação de texto dissertativo, de, no máximo 25 (vinte e cinco) linhas. É responsabilidade do candidato identificar, em campo próprio na folha de resposta definitiva, o tema de sua opção. Caso o candidato opte por não responder à Prova Discursiva, deverá declarar, no campo destinado à resposta definitiva, que entregou a prova em branco.
8. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
9. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e a folha de resposta definitiva e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado as provas.
11. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
12. O gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. Rio, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no endereço eletrônico <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

Boa Prova!

DIREITO CIVIL

01. A respeito da eficácia das leis **NÃO** é correto afirmar que:
- (A) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova
 - (B) não existe repristinação tácita no ordenamento jurídico brasileiro
 - (C) é aplicável no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da não retroatividade das leis
 - (D) com a promulgação, a lei está autenticada e perfeita, podendo ser concebida como uma ordem geral
02. No que concerne à emancipação, pode-se afirmar que:
- (A) a emancipação pelo casamento só é possível se o menor tiver dezesseis anos completos
 - (B) o tutor pode emancipar o pupilo nas mesmas hipóteses em que os pais podem emancipar os filhos
 - (C) a emancipação é a aquisição de capacidade civil plena independentemente do atingimento da maioridade
 - (D) a emancipação por outorga dos pais ou por sentença do juiz não necessita ser averbada ao registro de nascimento
03. Sobre as pessoas jurídicas, uma afirmação correta é que:
- (A) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro
 - (B) as pessoas jurídicas de direito público são regidas, quanto ao seu funcionamento, pelo Código Civil
 - (C) as autarquias são pessoas jurídicas de direito privado
 - (D) os partidos políticos são entidades despersonalizadas
04. Quanto ao domicílio, é correto afirmar que:
- (A) é vedada a pluralidade de domicílio
 - (B) o domicílio do Estado é a respectiva capital
 - (C) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência ainda que sem ânimo definitivo
 - (D) o domicílio necessário do preso é o de seu cônjuge e seus descendentes e, em sua falta, o de seus ascendentes
05. Os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, são considerados bens:
- (A) dominicais
 - (B) de uso especial
 - (C) de uso excepcional
 - (D) de uso comum do povo
06. Sergio sofreu acidente de trânsito quando tinha sete anos de idade. Ao atingir a maioridade civil, ajuizou ação contra o causador do dano. Este, em contestação, alegou prescrição, a qual:
- (A) ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, já se ultimou
 - (B) ocorreu, porque o prazo prescricional, de cinco anos, já se ultimou
 - (C) não ocorreu, porque o prazo prescricional, de três anos, não correu enquanto Sérgio era absolutamente incapaz
 - (D) não ocorreu, porque o prazo prescricional, de cinco anos, não correu enquanto Sérgio era menor de idade

07. Com relação ao negócio jurídico, é correto afirmar que:
- (A) se realizado por agente relativamente incapaz, ensejará nulidade relativa
 - (B) a validade da declaração de vontade dependerá sempre de forma especial
 - (C) se a incapacidade do agente que o celebra for absoluta, o negócio jurídico é anulável
 - (D) o sentido literal da linguagem prevalece sobre a intenção embutida na declaração de vontade
08. Nos termos do Código Civil brasileiro, quanto ao direito das obrigações, **NÃO** é correto afirmar que:
- (A) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou
 - (B) não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra
 - (C) na obrigação de dar coisa incerta, esta prescinde de indicação de gênero e quantidade
 - (D) se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:
- (A) o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal
 - (B) o Presidente do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o da Câmara dos Deputados
 - (C) o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal
 - (D) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal
10. Compete aos Municípios:
- (A) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação
 - (B) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano
 - (C) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão
 - (D) legislar sobre registros públicos
11. Sobre a imunidade dos Vereadores, pode-se afirmar que:
- (A) a Constituição assegura aos Vereadores a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município
 - (B) a Constituição estende aos Vereadores as mesmas regras sobre inviolabilidade previstas para Deputados Federais e Estaduais e Senadores
 - (C) os Vereadores, na vigência de seu mandato, não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções
 - (D) enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, os Vereadores não estarão sujeitos à prisão

12. Sobre o direito de greve, **NÃO** é correto afirmar que:
- (A) os abusos cometidos durante seu exercício sujeitam os responsáveis às penas da lei
 - (B) a lei disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade durante seu exercício
 - (C) compete aos trabalhadores e ao empregador, em conjunto, decidir sobre o melhor momento para seu exercício
 - (D) seu exercício é garantido pela Constituição tanto aos trabalhadores privados como aos servidores públicos
13. Dentre os tributos municipais, **NÃO** se inclui:
- (A) o ITBI
 - (B) o IVVC
 - (C) a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública
 - (D) a contribuição cobrada dos servidores municipais para o custeio do regime previdenciário
14. Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, assinale a alternativa correta:
- (A) é vedada a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico
 - (B) a proibição de acumular não abrange autarquias, fundações e empresas públicas
 - (C) a Constituição proíbe a acumulação de cargos públicos federais, mas permite a de cargos estaduais e municipais
 - (D) a Constituição autoriza a acumulação em hipóteses excepcionais, mas exige que haja compatibilidade de horários e determina a observância, em qualquer caso, do teto constitucional
15. A intervenção dos Estados em seus Municípios **NÃO** é autorizada na seguinte hipótese:
- (A) quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei
 - (B) quando houver divergência entre as políticas estadual e municipal de saúde, educação e habitação
 - (C) quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos a dívida fundada
 - (D) quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde

16. Sobre o instituto da Súmula Vinculante, **NÃO** é correto afirmar que:
- (A) sua edição tem por objetivo a resolução de controvérsias entre órgãos judiciários que acarretem grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica
 - (B) a aprovação, a revisão ou o cancelamento de enunciado poderá se dar de ofício ou mediante provocação daqueles que podem propor ação direta de inconstitucionalidade
 - (C) sua disposição tem efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário, mas não obriga os órgãos do Poder Executivo
 - (D) sua aprovação cabe ao Supremo Tribunal Federal mediante decisão de dois terços dos seus membros

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. João ajuizou demanda objetivando a reparação de danos materiais e morais em face do Município do Rio de Janeiro. Após apresentação de contestação por parte do Procurador que atuava no feito, na fase de saneamento e organização processual, o juiz entendeu que a questão probatória estava suficientemente provada, julgando procedente o pedido em relação ao ponto, de modo antecipado, e determinando a continuidade do feito em relação aos danos morais. Discordando dessa decisão, o Procurador do feito deve:
- (A) interpor apelação de imediato
 - (B) interpor agravo de instrumento
 - (C) apresentar reclamação ao Tribunal
 - (D) interpor apelação, quando finalizar o procedimento cognitivo
18. Em julgamento de apelação interposta pelo Município do Rio de Janeiro, monocraticamente, o Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu contrariamente à tese recursal da Fazenda, negando provimento ao seu recurso, em contrariedade a verbete sumular do Superior Tribunal de Justiça. Nessa hipótese, desejando reverter a sucumbência, o Procurador do feito deve:
- (A) impetrar mandado de segurança, diante do caráter teratológico da decisão
 - (B) ajuizar reclamação no STJ diante do descumprimento de seu verbete sumular
 - (C) interpor recurso especial, considerando a contrariedade de entendimento do STJ
 - (D) interpor agravo interno, considerando que a decisão recorrida é contrária ao entendimento do STJ

19. Em ação de repetição de indébito tributário na qual Karen figura como demandante, sendo o Município do Rio de Janeiro o demandado, o oficial de justiça realizou a citação da Fazenda Municipal no dia 08 de maio de 2017, segunda-feira, tendo sido o mandado juntado aos autos (físicos) no dia 11 de maio de 2017, quinta-feira. **Desconsiderando feriados ou dias sem expediente forense no período**, o prazo fatal para a apresentação de contestação é:
- (A) dia 19 de junho de 2017
 - (B) dia 22 de junho de 2017
 - (C) dia 10 de julho de 2017
 - (D) dia 03 de agosto de 2017
20. Maria sagrou-se vencedora em demanda ajuizada contra a Fazenda Pública, tendo transitado em julgado no ano de 2017 sentença condenatória ao pagamento de R\$150.000,00, além dos encargos moratórios. O advogado de Maria deseja executar a Fazenda Pública para a satisfação de tal crédito. Para tanto:
- (A) deverá ajuizar processo de execução, sendo eventual defesa da Fazenda manifestada por embargos à execução, no prazo de 30 dias
 - (B) deverá ajuizar processo de execução, sendo eventual defesa da Fazenda manifestada por embargos à execução, no prazo de 5 dias úteis
 - (C) deverá dar início a cumprimento de sentença, por requerimento, podendo a Fazenda utilizar em sua defesa qualquer matéria alegável no processo de conhecimento
 - (D) deverá dar início a cumprimento de sentença, por requerimento, podendo a Fazenda se defender por meio de impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 30 dias úteis

PROVA DISCURSIVA

Elaborar uma redação, optando por **apenas** um dos temas indicados abaixo, desenvolvendo um texto dissertativo, de no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas.

Na folha de resposta o número do tema de escolha deverá ser marcado e escrito por extenso.

- Tema 1. A desconsideração da personalidade jurídica
- Tema 2. A responsabilidade civil do Estado pelas condutas de seus agentes
- Tema 3. A tutela provisória

